

Educação à Distância: possibilidade de qualificação da educação alimentar em equipamentos sociais

Distance education: possibility of qualifying food education in social equipment

DOI:10.34117/bjdv6n11-623

Recebimento dos originais:08/10/2020

Aceitação para publicação:28/11/2020

Maria Cláudia da Veiga Soares de Carvalho

Doutorado em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Endereço: Av Carlos Chagas, 373 CCS bloco J sala J2-18, CEP 21941-599

E-mail: mariaclaudiaveigasoares@yahoo.com.br

Flávia Milagres Campos

Doutorado em Ciências, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Endereço: Av. Pasteur, 296. Prédio da Escola de Nutrição, 3 andar. Urca, Rio de Janeiro. Cep 22290-240

E-mail: flavia.campos@unirio.br

Fabiana Bom Kraemer

Doutorado em Ciências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, 12º. Andar, sala 12007 Bl. E. Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20550-900

E-mail: fkraemer@uerj.br

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência que teve como objetivo orientar tecnologias educacionais e de comunicação para construção de cidadania em equipamentos sociais, voltadas para o fortalecimento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano a Alimentação Adequada. Nesse sentido, foi desenvolvido um curso, totalmente gratuito, nos moldes de educação à distância com um total de 160 horas distribuídas em módulos assíncronos, com exceção do primeiro módulo. O curso foi dividido em seis módulos e foi ainda previsto um momento para planejamento de ações e gestão, a fim de orientar o desenvolvimento do projeto final pelo aluno e a avaliação do curso e do aluno. Se por um lado o total de concluintes não foi alto, por outro entendemos que o curso cumpriu seus objetivos com a produção final, pelos concluintes, de projetos de educação alimentar e nutricional capazes de contribuir na construção de cidadania na prática.

Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional, educação alimentar e nutricional, educação à distância, equipamentos sociais de alimentação, serviços de alimentação.

ABSTRACT

In this experience report, we aimed to guide educational and communication technologies for building citizenship in social fields, orientate at strengthening actions to Food and Nutritional Security and the

Human Right to Adequate Food. To achieve this goal, a course student free participation was developed in the molds of distance education. It had a total time resource of 160 hours distributed in five asynchronous online modules and one synchronous online topic. A time was planned for action planning and management to guide the final project by the students and the evaluation of the course and the student. On the one hand, the number of graduates was not high, on the other hand we understood the course fulfilled its objectives. The course was concluded with each graduating student producing a food and nutrition education project capable of contributing to the construction of citizenship in practice.

Keywords: food and nutrition security, food and nutrition education, education, distance, social feeding, food service.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta uma acentuada desigualdade social com amplos segmentos da população excluídos do acesso à bens e serviços públicos essenciais, dentre eles, o direito humano à alimentação. No que tange a desigualdade dos rendimentos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) mostrou que durante o período de 2012-2018 houve um aumento de desigualdade. Em 2018, o grupo dos 40% com menores rendimentos apresentou rendimento médio de R\$ 339 enquanto os 10% com maiores rendimentos apresentou valores de R\$ 5 764. Ainda no ano de 2018, no Brasil, havia 25,3% da população com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC¹ por dia, o equivalente a cerca de 44% do salário-mínimo vigente.

A relação entre renda e alimentação não é suficiente para compreender o consumo de alimentos pela população brasileira, no entanto sabe-se que valores de renda como os apresentados acima não são suficientes para garantir plenamente direitos sociais. Assim, assumindo como princípio o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) foram implementadas, em especial, entre os anos 2003 e 2016², políticas de proteção e promoção social na qual se inserem o direito social básico de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes e que não comprometam o acesso a outras necessidades sociais. Essas iniciativas se deram no bojo da constituição do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) que revitalizou o debate e a implantação de uma rede de equipamentos sociais de alimentação (Redesan) também chamados de equipamentos públicos de

¹ O Banco Mundial sugere a linha de US\$ 5,50 PPC (Paridade de Poder de Compra) para classificar as pessoas na pobreza em países com rendimento médio-alto, dentre eles o Brasil.

² Uma mudança nesse percurso foi iniciada em 2016 e vem se aprofundando a partir das eleições presidenciais de 2018 e uma série de políticas públicas de garantia de direitos e de proteção a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade estão sendo enfraquecidas culminando, no âmbito da SAN, na extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

alimentação e nutrição no intuito de institucionalizar a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Constituem oficialmente a Redesan restaurantes populares e cozinhas comunitárias, que ofertam refeições prontas para consumo imediato diferindo-se por sua capacidade produtiva, e bancos de alimentos que recebem gêneros alimentícios tanto de parceiros do mercado, quanto do Programa de Aquisição de Alimentos e realiza sua distribuição para entidades cadastradas na assistência social e para os restaurantes populares e cozinhas comunitárias.

Esse conjunto de equipamentos tem potencial para interferir na produção de alimentos, na medida que ampliam a demanda por gêneros alimentícios da agricultura familiar local (CARDOSO JR., MORAIS, COSTA, 2010). Assim como tem potencial para função educativa de mediador de políticas sociais, podendo combinar ações variadas de atendimento e emancipação de seus usuários, para que eles possam se construir como cidadãos e vivenciar o sentimento de direito à alimentação na realidade cotidiana. Entretanto, embora estes sejam lugares propícios para esse fim e operem como ambientes saudáveis, não realizam sua potência para educação de coletividades, exercendo um papel mais passivo do que espera as Políticas Públicas hoje na construção de cidadania. As refeições se resumem a um alimento seguro, do ponto de vista higiênico-sanitário, oriundo de boas práticas de fabricação.

Para além desses equipamentos, que se voltam a oferta, distribuição e comercialização de refeições e/ou alimentos, consideramos que a promoção da SAN pode se dar também em outros equipamentos públicos comunitários destinados aos serviços de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes ou lazer. Ou seja, outros espaços coletivos, mantidos ou não pelo Estado, podem assumir também funções de promoção do DHAA e da SAN. Esses equipamentos sociais abordados nesse texto não se resumem a uma área física, embora esse seja o ponto de partida, eles se ampliam em conexões virtuais em versões digitais interativas, como alternativa de baixo custo e alta viralidade.

A promoção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) são metas de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em equipamentos sociais de alimentação. Nesse contexto, a EAN está articulada a um processo de comunicação e visibilidade de direitos e prerrogativas cujos princípios e ideologias precisam ser desnaturalizados e investigados numa perspectiva científica humanizada que leve em conta o aspecto teórico conceitual, segundo Silva et al. (2003)

“Cada formação científica propõe, assim, um conjunto articulado de questões – a sua própria *problemática teórica* – que delimita zonas de visibilidade. Essa problemática, ponto de partida, em cada momento, das pesquisas que se efectivam, define e acolhe *problemas de investigação*, para os quais se buscam respostas. Os meios de as obter, por seu turno, residem em todo conjunto de disponibilidades conceptuais substantivas - as *teorias* em sentido restrito – que a disciplina já foi forjando, bem como em instrumentos técnicos de recolha

Nesse sentido, nossa perspectiva de referencial sustenta um conceito de educação que está por toda parte, uma experiência coletiva que nos ensina a viver e que passa silenciosamente entre gerações, sem consentimento. Segundo Brandão (2007), ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos partes da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação, com uma ou com várias educações.

Sendo assim, a educação se inscreve na cultura e se reproduz no sentimento de uma geração e seus apetites. Educação e comunicação se misturam no campo da Alimentação e Nutrição como condutores de um processo contínuo de permanências/mudanças culturais ao longo do tempo. Os equipamentos sociais estão incumbidos de transmitir mensagens ao mesmo tempo que se constituem como um consenso cultural nos termos de repertório de gostos, estilos, culinárias, mas também concepções de DHAA, SAN e agroecologia.

O desafio é tornar os espaços de alimentação coletiva, de abastecimento de alimentos ou de serviço de saúde, equipamentos sociais de construção de cidadania na prática. O desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil continua hoje tendo que enfrentar a desigualdade social em sua experiência cotidiana. À medida que as políticas públicas de SAN vão avançando e novas realidades vão surgindo (BRASIL, 2008), mesmo tendo conseguido diminuir a mortalidade infantil, convivemos com uma estética social atroz de desnutrição e obesidade nos corpos. Considerando que essa forma de desenvolvimento retoma aquela há muito indicada como hegemonia modernizadora (OLIVEIRA, 2003), abrigo dessa antiga problemática social, a inovação seria que as práticas educativas com vocação para construção de cidadania e defesa do DHAA fossem implantadas como ação de continuidade, adaptadas à rotina acelerada de ambientes produtores, distribuidores ou comercializadores de alimentos e/ou refeições voltados para grandes coletividades.

Assim, em consonância com a terceira diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que trata de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de SAN e do DHAA, o objetivo foi orientar tecnologias educacionais e de comunicação para construção de cidadania em equipamentos sociais, voltadas para o fortalecimento das ações de SAN e DHAAA. Nesse sentido,

foi desenvolvido um curso nos moldes de educação à distância (EaD), a fim de estimular: i. a compreensão dos problemas sociais existentes na cultura local em suas conexões globalizadas, sensível a uma concepção de educação que dialoga com as diversas formas de comunicação, com variados tipos de imagens e discursos no processo de convivência social em redes sociais e virtuais; ii. a realização de soluções locais criativas e eficientes em prol de uma boa alimentação para populações.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Curso de Educação Alimentar em Equipamentos Sociais está ancorado em três importantes princípios para a formação de professores na modalidade à distância: a interação, a cooperação e a autonomia. Ter presentes estes princípios, significa observar e compreender em sua amplitude a dinâmica do Curso de Educação Alimentar em Equipamentos Sociais. A ideia é de que tais princípios sejam considerados como meta para orientar o percurso teórico-metodológico do curso. É um referencial conceitual que organiza a escolha dos conteúdos, a estruturação dos objetivos, a elaboração dos passos metodológicos das disciplinas e a construção dos instrumentos de avaliação.

É importante destacar que a cooperação e a autonomia estão aqui articuladas porque são interdependentes. Considera-se que a cooperação é um princípio que exige colaboração e contribuição dos participantes do sistema de educação à distância. Mas, muito mais que isso, envolve trabalho conjunto para alcançar um objetivo compartilhado. O estudo cooperativo necessita da participação e da integração tanto dos alunos quanto dos professores e tutores, pois o desenvolvimento conceitual provém de compartilhar múltiplas perspectivas e da mudança simultânea das representações internas em resposta a essas perspectivas.

O conceito atual de autonomia refere-se às múltiplas capacidades do indivíduo em representar-se tanto nos espaços públicos como nos espaços privados da vida cotidiana. Este conceito compreende o domínio do conhecimento, a capacidade de decidir, de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa.

O curso foi desenvolvido no laboratório digital de educação alimentar (LADIG'E) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e visou principalmente à capacitação de alunos e profissionais da área de SAN que realizam ou desejam realizar trabalhos educativos e estejam comprometidos com os direitos humanos à alimentação adequada (DHAA). Seguiu os moldes de educação à distância, totalmente gratuito, e é parte da proposta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério da Ciência,

Tecnologia e Inovação (MCTIC) na construção de uma rede de enfrentamento à desigualdade social na América do Sul.

Envolve restaurantes institucionais ou comunitários, bancos e mercados de alimentos, feiras de alimentação, cantinas escolares, centros de saúde e associações de moradores e cozinhas comunitárias como espaços de articulação de políticas sociais em prol da emancipação e do fortalecimento de populações vulneráveis.

O curso foi desenvolvido em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, no qual foram disponibilizados textos, videoaulas e exercícios. O plano de trabalho estabeleceu total de 160 horas distribuídas nos módulos do curso e, com exceção do primeiro módulo, em que foi realizada a transmissão ao vivo do Encontro de Abertura do curso no canal do LADIGE no Youtube, cada módulo possuiu uma videoaula gravada e roteirizada pelos coordenadores do curso, um texto base com roteiro norteador para leitura e uma tarefa a ser realizada pelo aluno e compartilhada nos fóruns interativos. As atividades foram organizadas de forma que propiciassem espaços de cooperação, um dos princípios fundantes do curso modalidade EaD já mencionado e, para isso a participação nos fóruns foi considerada essencial, assim como a sua constante mediação e interação com os alunos através de mensagens. Para o aluno receber o certificado, foi preciso realizar 70% das atividades de compartilhamento em fóruns e entregar todas as tarefas de cada módulo.

Foram ofertadas 100 vagas para realização do curso e a divulgação aconteceu via redes sociais, site institucional e e-mail para órgãos/instituições de interesse como: universidades públicas, restaurantes universitários, conselhos de segurança alimentar e nutricional, câmaras intersetoriais de segurança alimentar e nutricional, bancos de alimentos, centrais de abastecimento, conselhos regionais de nutricionistas.

As inscrições permaneceram abertas por três dias e foram encerradas com total de 1406 solicitações de inscrição. Foi necessário, então, selecionar os participantes. Tendo em vista o escopo do curso, seus objetivos e público prioritário foram definidos os seguintes critérios: i. preferencialmente profissionais; ii. ter acima de 24 anos de idade; iii. vínculo com algum equipamento social (como banco de alimentos, restaurante universitário, escola pública, unidade de saúde, centro de referência de assistência social, horta e cozinha comunitária). Além disso, sempre que possível foram priorizados candidatos das regiões Norte e Nordeste do país.

O desenvolvimento de capacidades de autonomia não é dado, ou seja, não são inerentes ao indivíduo, mas sim construídas, desenvolvidas por meio de uma série de ações e de tomada de decisão frente a novos contextos educativos. Assim, o curso contou com a participação de seis tutores, cuja

seleção foi baseada em análise de currículo e entrevista. Os candidatos deveriam ter formação na área da Saúde, Comunicação ou Letras. Foram formados grupos de participantes para cada tutor, que variou de 10 a 30 participantes, de acordo com a carga horária semanal de dedicação ao projeto de cada tutor. Antes do início do curso, os tutores participaram de treinamento com encontros presenciais e virtuais em que foram tratados a utilização da plataforma e suas ferramentas, debates sobre os conteúdos dos módulos, suas atividades e tarefas, avaliação das tarefas, aspectos interativos da tutoria e discussão dos materiais ‘Guia do Tutor’ e ‘Guia do participante’.

3 RESULTADOS/DISCUSSÃO

A relação entre alimentação e saúde está amplamente disseminada no universo da comunicação. Cotidianamente nos perguntamos onde buscar informações confiáveis, e quais estratégias poderiam auxiliar em nossos problemas. Nesse sentido, recursos digitais de comunicação são um modo oportuno de disseminar práticas de educação alimentar e nutricional (EAN) com potencial para ampliar as possibilidades criativas de soluções locais no cotidiano.

Nessa perspectiva o curso de capacitação teve por objetivo que seus alunos: i. desenvolvessem senso crítico sobre cultura midiática e marketing; ii. compreendessem a significação da noção de equipamento social; iii. demonstrassem conhecimento sobre o uso de ferramentas digitais para desenvolvimento de soluções locais de SAN; e iv. reconhecessem a profunda relação entre comunicação e alimentação. Para tanto, requereu-se dos alunos dedicação de, ao menos, cinco horas semanais online para o estudo dos conteúdos e a realização de atividades na plataforma, com entrega de tarefas a cada semana, a partir da entrada de cada módulo.

O curso foi dividido em seis módulos (quadro 1) e foi ainda previsto um momento para planejamento de ações e gestão a fim de orientar o desenvolvimento do projeto final pelo aluno e a avaliação do curso e do aluno.

Quadro 1 – Descrição dos módulos do curso Educação Alimentar em Equipamentos Sociais de acordo com os objetivos

	Tema	Objetivo
Módulo 1	Semana de ambientação – EaD e as novas técnicas de ensino aprendizagem	Esse módulo é dedicado às apresentações e aproximações.
Módulo 2	Soberania e segurança alimentar e nutricional em equipamento social de alimentação	Propiciar a compreensão da noção do que o um equipamento social de segurança alimentar e nutricional.
Módulo 3	Educação Alimentar e Nutricional na desigualdade social	Subsidiar a construção de um plano de ação de EAN para equipamentos sociais de alimentação.
Módulo 4	Cultura alimentar e culinária	Sensibilizar o aluno para a cultura do saudável de modo crítico, respeitando as diferenças.
Módulo 5	Construtivismo	Auxiliar a compreensão da teoria construtivista a fim de aplicar teorias às práticas.
Módulo 6	Redes sociais	Criar um blog fazendo conexões com os módulos anteriores.

Fonte: elaboração dos autores.

Os conteúdos dos módulos foram construídos a partir de um entendimento de que a ação educadora na prática não escapa à complexidade da vida, e cada vez mais precisa de uma ética mínima (CORTINA, 2009), para enfrentar a excessiva moralização sobre o comer (certo versus errado). Nossa principal conexão é com a interatividade: o conhecimento no processo comunicativo e interativo de redes sociais. Em nossa realidade brasileira o conteúdo digital é um recurso disponível na busca de soluções locais para alimentação.

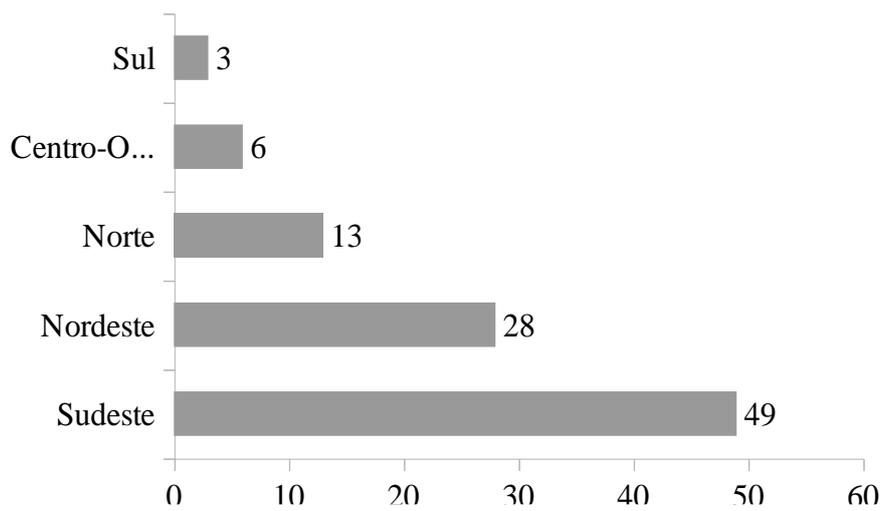
A estratégia metodológica tendo a interação como fio condutor para construção de conhecimento permitiu que os alunos fossem incentivados a construir as tarefas individualmente, segundo a experiência de cada um, e compartilhá-las no grupo. O espaço interativo foi o local de desenvolvimento coletivo das tarefas, que foi mediado pelos tutores. Os tutores atuaram como parceiros mais experientes, incentivadores e como organizadores de conteúdos do ciberespaço.

As reflexões foram motivadas ao longo do curso, mas de modo atrelado à realidade experimentada. Materializar questões alimentares foi uma forma para não se perder nas reflexões sobre DHAA. O dimensionamento, planejado com antecedência, dessa materialidade (objetos dos módulos temáticos) foi a estratégia para não cair em um pragmatismo, ou seja, não aplicar o critério da verdade absoluta nas práticas de educação alimentar. Nessa perspectiva, o conhecimento se constrói na compreensão da realidade e não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. “Ele se constitui pela interação do Indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio” (BECKER, 1992, p.88-89). Uma prática de educação alimentar e nutricional nesse sentido é concebida não pelos preceitos da racionalidade nutricional (VIANA et al., 2020), mas de um conhecimento da interação do sujeito com o seu meio cultural. Assim, desconstruir e construir

novamente o significado das coisas e das comidas é uma estratégia potente para adequar as regras à realidade. Compreender como as comidas se tornam boas e como a gente pode fazer delas boas possibilidades de convivência.

O curso iniciou com 100 inscritos, conforme número de vagas ofertadas. Um dos participantes localizava-se na Venezuela e a distribuição das demais inscrições pelas regiões brasileiras pode ser vista na Figura 1. Os inscritos eram majoritariamente do sexo feminino (96%).

Figura 1. Distribuição dos inscritos no curso segundo a Região do Brasil



Fonte: elaboração dos autores

No entanto, durante o acompanhamento foi observado que o número de participantes realmente ativos nos fóruns de discussão e realizando as tarefas reduziu-se a menos que 50% e ao final do curso, esse número atingia apenas cerca de um quinto dos inscritos. As tarefas desenvolvidas a cada módulo do curso foram consolidadas em um projeto final, sendo entregue por 22 participantes. Os concluintes se distribuíram nos estados do Rio de Janeiro (6), Minas Gerais (3), Bahia (3), Ceará (2), Amazonas (2), Alagoas (1), Espírito Santo (1), Santa Catarina (1), São Paulo (1) e Distrito Federal (1).

Observamos que o total de concluintes não foi alto podendo esse fato estar relacionado a necessidade do estabelecimento de disciplina e motivação em cursos de educação a distância, uma vez que a flexibilização do tempo e espaço possibilitado por essa modalidade de ensino, ao mesmo tempo que permite o acesso ao curso por pessoas de várias localidades no momento que for mais adequado, faz-se necessário conciliar os estudos com o trabalho e vida social. Apesar de assíncrono, o curso disponibilizava e solicitava envio de material com periodicidade semanal exigindo tempo e dedicação

para conclusão. Além disso, chegamos a conclusão que o fato do curso ser gratuito abre acesso para mais experiências sem muito compromisso com a continuidade do curso e com as obrigações de tarefas.

Os cursos de EAD na área da saúde possuem o desafio da adesão e continuidade dos participantes até o fim do curso porque a permanência é difícil. Há quem aposte no custeio, argumentando sobre os recursos financeiros dispensados por parte dos alunos, na expectativa de criar obrigações, e um certo compromisso com a inscrição. Consideramos essa uma questão a ser amadurecida, entendemos que são decisões acerca dos objetivos e expectativas dos organizadores. Em nossa experiência, manter os alunos era menos importante do que conseguir formá-los de modo diferenciado.

Embora entre os inscritos estivessem professores (13), assistentes sociais (6) e outros profissionais (como cozinheiros, administradores, enfermeiros, dentistas), nosso público foi formado principalmente por nutricionistas (59 entre os participantes e 18 entre os concluintes) e atribuímos esse aspecto ao fato de termos pouca divulgação e pouco tempo para inscrição, especialmente no que concerne outros países da América Latina. A razão mais provável foi justamente o prazo curtíssimo, de três dias, para as inscrições. Resta nos perguntar qual o papel dos participantes, e o que esperamos desse modelo de curso gratuito à distância, e se criar esse tipo de vínculo nos seria útil de alguma forma, pois a proposta é de facilitação e diálogo, não de formatação de modos de SSAN ou DHAA, na construção de novas tecnologias sociais.

Assim, entendemos, por outro lado que certamente, aqueles que concluíram o curso podem mostrar mais criatividade e envolvimento com educação em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional proposta no projeto. As tarefas de cada módulo foram construídas de modo que ao final os projetos de cada participante já estivessem delineados e contemplando o conteúdo programático do curso e que pudessem atender demandas locais dos territórios em que se encontravam os equipamentos sociais escolhidos pelos participantes. Assim, os projetos finais visavam tanto a mobilização para a ação - como implantação de hortas comunitárias, bancos de alimentos, compras públicas da agricultura familiar - quanto a continuidade/ampliação de ações já desenvolvidas em restaurantes institucionais, unidades básicas de saúde, centros comunitários e redes de apoio a produção e comércio de alimentos agroecológicos. As metodologias e procedimentos dos projetos de EAN priorizaram a informação a população alvo, promovendo uma aproximação afetuosa com a comunidade. As atividades contemplaram oficinas culinárias, práticas em hortas escolares, dinâmicas e rodas de conversa reforçando a participação popular em debates e palestras sobre alimentação saudável a preço acessível. A comensalidade e a culinária foram o fio condutor de muitas das ações desenvolvidas presencialmente

em equipamentos públicos ou em redes sociais. Pudemos identificar uma disposição para intervenção em prol de um comer junto nas ações propostas nos projetos, onde as mensagens disseminadas visavam mudanças e incorporação de regras sociais em torno da divisão de alimentos, legitimadas pelas orientações de Políticas Públicas.

A produção final de projetos por parte dos alunos previu a construção de matrizes como um plano antecipado que dialogasse com os símbolos da comunidade através de ações interdisciplinares envolvendo direta ou indiretamente comidas simples de preparar, de baixo custo e utilização integral dos alimentos. A implantação da matriz no curso foi em forma de BLOG e teve a finalidade de experimentá-la com as comunidades escolhidas pelos alunos, visando se adaptar ao perfil diferente e poder comparar e promover adaptações, a fim de construir de modo compartilhado matrizes úteis para a problemática local em comunidades carentes. Buscamos enriquecer as parcerias acima de tudo, investindo na coesão social e interatividade entre os alunos, e deles com os pares no local onde desenvolveram suas ações educativas.

As condições a distância que nos aproximou do público-alvo do curso nos mostraram que a demanda social em prol do DHAA, assim como de garantir nossa soberania e segurança alimentar e nutricional estão circulando em nossa cultura em forma latente. A surpreendente repercussão do curso produziu mais de 1400 inscrições em três dias e se não tivéssemos fechado as inscrições elas continuariam. Compreendemos esse fenômeno por um lado como uma demanda reprimida e por outro como efeito de Políticas Públicas que vem produzindo reflexões sobre o tema nas unidades de formação de recursos humanos no campo da alimentação e nutrição, sejam escolas, universidades ou espaços de convivência em geral. Além disso, foi um período profícuo de programas e leis no âmbito de SAN desde 2003.

Hoje somos herança de investimentos em SSAN com um poder executivo que esteve alinhado com a construção de estratégias políticas. Isso fica mais evidente na troca do governo que se contrapõe às políticas públicas dos três mandatos anteriores. As iniciativas mais efetivas foram de longa duração e algumas delas ainda estão em curso, o que facilitou a repercussão da divulgação do curso.

O treinamento e capacitação para tutoria foi outra meta alcançada nesta experiência. As tutoras foram selecionadas misturando áreas de saber como letras e comunicação, e foram treinadas tanto no uso das ferramentas de EaD, como também no uso e operacionalidade de conteúdos e objetivos das tarefas desenvolvidas pelos alunos.

Promover uma capacitação de tutoria interdisciplinar, assim como capacitação técnica para EaD pode preparar sujeitos para atuar em SAN, formando pessoas e também atualizando aqueles que já

estavam no campo e precisavam compartilhar saberes. Essas capacitações se concretizaram em produção de matriciamento de práticas de EAN, em construção de uma equipe interdisciplinar para atividades de EAN e na construção de estratégias sustentáveis locais para monitoramento e análise de práticas educativas alimentares. Procuramos assim pautar essa experiência de forma que os tutores envolvidos fossem facilitadores da aprendizagem com clara concepção da proposta e domínio do conteúdo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta central que guiou nossa metodologia foi como orientar tecnologias educacionais ao encontro da construção de cidadania no universo dos espaços coletivos de alimentação, entendendo que estes são lugares socioeducativos de produção, manipulação, conservação e abastecimento de alimentos em grandes dimensões que tem visibilidade neste jogo simbólico. As novas tecnologias, tal e como as novas práticas de consumo a elas articuladas, são estruturantes de novas sensibilidades (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006).

Esse projeto desenvolveu-se, em consonância com a terceira diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que trata de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de SAN e do DHAA, tecnologias sociais em rede virtual voltada para formação profissional nos equipamentos sociais de alimentação, reunindo diferentes agentes sociais espalhados pelo território.

Iniciativas como essa tem papel nuclear na valorização da cultura alimentar local, promoção da cidadania e da realização do DHAA, uma vez que contribuem para aumentar a capacidade de resposta dos grupos sociais aos vários riscos existentes no espaço urbano. Dessa forma, o projeto potencializou os diferentes aspectos do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), gerando instrumentos de inclusão social.

A modalidade EaD apresenta-se como uma alternativa de baixo custo e elevada capilaridade para qualificação de atividades de Educação Alimentar e Nutricional em equipamentos sociais, a fim de que possam operar de modo mais humanizado como produtor de saberes e formador de opinião. Entretanto, a distância também impõe dificuldades de comunicação e exige estratégias diversas para a manter viva a interação.

FONTE DE FINANCIAMENTO: CNPq; Chamada CNPq/MCTIC N° 016/2016.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Desenvolvimento Social. *Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. MDS, 2008.
- BECKER, Fernando. O que é construtivismo? *Revista de Educação AEC*, v. 21, n. 3, p. 7-15, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 12ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CARDOSO, Jr., José Celso; MORAIS, Maria da Piedade; COSTA, Marco Aurélio. A rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Redesan) como elemento da estratégia da política de segurança alimentar e nutricional. In: _____ *Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas*. - Brasília, Ipea, 2010. v. 2 (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Infraestrutura Econômica, Social e Urbana; Livro 6), p. 239-255.
- CORTINA, Adela. *Ética Mínima: introdução à filosofia prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens*. Editora UFRJ, 2006.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019* / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Ed. Afrontamento, 2003.
- VIANA, Márcia Regina; NEVES, Alden dos Santos; CAMARGO Jr., Kenneth Rochel de; PRADO, Shirley Donizete; KRAEMER, Fabiana Bom. Comida, filosofia e ciência: existencialidade da comida e racionalidade nutricional. In: *Consumos alimentares em cenários urbanos - múltiplos olhares* [recurso eletrônico] Daniela Menezes Neiva Barcellos, Fausto Amaro e Ricardo Ferreira Freitas (Organizadores) e Shirley Donizete Prado (Coordenadora). – Rio de Janeiro: EdUERJ; Gramma, 2020, p; 277-298